



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO N.º /2015 (Do Sr. João Arruda)

Requer sejam convidados o Ministro da Previdência Social, CARLOS EDUARDO GABAS e o Dr. RENATO FOLLADOR, especialista em previdência social pública e privada, para falarem sobre os fundos previdenciários estaduais e as possibilidades de reorganização destes.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, e dos art. 24, inciso VII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que sejam convidados o Ministro da Previdência Social, CARLOS EDUARDO GABAS e o Dr. RENATO FOLLADOR, especialista em previdência social pública e privada para falar sobre os fundos previdenciários estaduais e as possibilidades de reorganização destes.

JUSTIFICAÇÃO

O estado do Paraná, a exemplo de Minas Gerais e São Paulo propôs alteração no Regime Próprio de Previdência Social dos servidores do Estado e ainda pairam muitas dúvidas sobre a legalidade da proposta encaminhada pelo Governo do estado a Assembleia Legislativa. Em parecer recente a Advocacia Geral da União considerou que o Projeto de Lei do Governo do Estado do Paraná que extingue o Fundo Previdenciário, transfere todos os recursos para o Fundo Financeiro, buscando a alteração no Regime Próprio, encontra-se em desacordo com a técnica contábil e com o mandamento constitucional do equilíbrio financeiro e atuarial e com as normas que derivam deste, além de atentar contra os princípios constitucionais da eficiência e economicidade.

O estado do Paraná assim como Minas Gerais e São Paulo é apenas um exemplo para a necessidade urgente de se debater este tema em relação a todos os estados, uma vez que cabe ao Ministério da Previdência Social, através da Secretaria de Políticas de Previdência Social SPPS, estabelecer os parâmetros e diretrizes gerais para a organização e funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência Social, preceitos que, uma vez estatuídos, devem ser observados pelos entes federativos que instituírem ou mantiverem Regimes Próprios para seus servidores titulares de cargos efetivos.

Diante do exposto, espero contar com o apoio de nossos nobres pares para a aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, 19 de março de 2015.

**Deputado JOÃO ARRUDA
PMDB/PR**